

## Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX

AMILCAR ARAUJO PEREIRA\*

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns aspectos da história do movimento social negro no Brasil que nos permitem observar algumas continuidades no processo de constituição deste movimento social ao longo de todo o século XX, principalmente no que diz respeito a temas como a importância da “educação” e a luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. O presente trabalho tem como base o segundo capítulo de minha tese de doutorado intitulada “*O Mundo Negro*”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995), defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

A maior organização do movimento social negro na primeira metade do século XX, sem dúvida, foi a Frente Negra Brasileira (FNB). Criada em 1931 na cidade de São Paulo, reunia milhares de associados, expandiu-se para vários estados brasileiros, tornou-se um partido político em 1936 e chegou a se tornar referência para negros em luta contra o racismo na diáspora africana.<sup>1</sup> É importante ressaltar o contexto histórico no qual está inserida a criação da FNB, na medida em que ela se dá logo após a Revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas, que marcou o enfraquecimento das oligarquias cafeeiras paulistas no cenário político nacional. Vale lembrar também que havia se passado apenas um pouco mais de 40 anos desde o fim da abolição da escravatura. Sobre a agitação no meio negro, nesse contexto histórico, José Correia Leite, um dos fundadores da FNB, diz o seguinte:

1929 tinha sido o ano de uma recessão muito grande e as consequências na situação do negro foram graves (...) Então, o movimento político fez a gente ir esmorecendo a idéia da realização do Congresso [da Mocidade Negra naquele ano]. O Getúlio perdeu as eleições e veio a Revolução de 1930. Aí foi uma fase que a gente pode distinguir o movimento negro antes de 1930 e depois de 1930. Este tomou outra feição. O negro, por intuição ou qualquer coisa, na Praça da Sé se reunia em grupos e as discussões eram calorosas.

---

\* Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>1</sup> Ver: PEREIRA, Amílcar A. “*O Mundo Negro*”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2010. Especialmente o terceiro capítulo: “Circulação de referenciais: Brasil, Estados Unidos e África”.

Estava sempre à frente o Isaltino Veiga dos Santos, o que mais agitava os grupos. Foi um sujeito que lutou muito. Sem ele não teria existido a Frente Negra Brasileira. Em 1930 não se tinha a idéia do nome, mas estava-se discutindo de como o negro poderia participar. Não se queria ficar marginalizado na transformação que se esperava. Havia um contentamento de ver aquelas famílias de escravagistas apeadas do poder. Era claro que na transformação tudo ia mudar. O negro sentia isso. (LEITE, 1992:91)

Podemos perceber no trecho acima uma articulação também com contexto internacional, marcado pela Crise de 1929. Levando em consideração o depoimento acima, para que fosse possível a criação da Frente Negra Brasileira em 1931 foram fundamentais a existência de dois tipos de organizações criados por negros antes mesmo do final do século XIX: a “imprensa negra” e os “grêmios, clubes ou associações de negros”. Joel Rufino dos Santos afirma que a “imprensa negra” que surge em São Paulo no início do século XX foi fundamental para a criação mais tarde da FNB, e diz o seguinte:

A luta organizada contra o racismo nasce às vésperas da Revolução de Trinta. Semi-intelectuais e subproletários se juntam em São Paulo, então caminhando rapidamente no sentido de se tornar a maior cidade do país, numa “imprensa negra”. Jornais como *O Clarim d’Alvorada* [fundado em 1924] e o *Getulino* [fundado em 1923], de Campinas – ainda hoje motivos de orgulho dos movimentos – denunciavam as discriminações raciais mais chocantes do nosso quadro urbano, no emprego, na moradia, na educação nos locais de lazer. Foi essa imprensa, o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro – apresentado então, eufemisticamente, como discriminação racial –, a Frente Negra Brasileira. (SANTOS, 1994: 89)

E, em muitos casos, esses jornais da “imprensa negra” eram veículos de informação constituídos por organizações como os grêmios, clubes ou associações, que surgiram em algumas partes do país desde o final do século XX, tendo objetivos semelhantes aos que se consolidaram com a fundação da FNB em São Paulo e com sua expansão pelos seguintes estados brasileiros: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia. Petrônio Domingues listou algumas dessas organizações:

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. (DOMINGUES, 2007:103)

O Centro Cívico Palmares merece um destaque, pois, segundo George Andrews, esta organização teria sido um marco importante para a mobilização política dos negros em São Paulo, justamente durante o período que antecede a Revolução de 1930. Nesse sentido, o Centro Cívico Palmares viria a contribuir significativamente para a criação mais tarde da FNB, também em São Paulo. Com muitos participantes em comum nas duas organizações, inclusive em sua liderança, já que Arlindo Veiga dos Santos havia sido presidente do Centro Cívico Palmares e fora também o primeiro presidente da FNB, alguns de seus militantes propunham inclusive uma ligação direta entre a criação de ambas as organizações, como no trecho abaixo, publicado na primeira página do jornal *A Voz da Raça* de 3 de fevereiro de 1937: “A F.N.B. surgiu no Estado de São Paulo, graças a perspicácia da alma Paulista, que, desde 1926, já havia fundado o CENTRO CIVICO PALMARES, com o mesmo objetivo da aludida organização.” [grifos do autor] George Andrews diz o seguinte sobre as origens do Centro Cívico Palmares:

Em 1925, *O Clarim d'Alvorada* clamava pela criação do Congresso da Mocidade dos Homens de Côr, “um grande partido político composto exclusivamente de homens de côr”. Esses apelos não produziram resultados imediatos, mas sem dúvida foram parte do impulso subjacente à fundação, em 1926, do Centro Cívico Palmares. Assim chamado em homenagem ao quilombo de Palmares do século XVII, o centro originalmente destinava-se a proporcionar uma biblioteca cooperativa para a comunidade negra. A organização logo progrediu e passou a patrocinar encontros e conferências sobre questões de interesse público, e em 1928 lançou uma campanha para derrubar um decreto que proibia aos negros ingressar na milícia do Estado, a Guarda Civil. O centro foi bem sucedido ao requerer do governador Júlio Prestes que suspendesse o decreto, e depois o convenceu a derrubar uma proibição similar que impedia as crianças negras de participar de uma competição patrocinada pelo Serviço Sanitário de São Paulo para encontrar o bebê mais “robusto” e eugênicamente desejável do Estado. (ANDREWS, 1998:227)

Analisando o trecho acima, podemos perceber alguns elementos comuns, certas continuidades entre organizações como o Centro Cívico Palmares, a Frente Negra Brasileira e mesmo organizações do movimento negro contemporâneo. O primeiro seria a busca por uma atuação política e a apresentação de demandas do movimento à sociedade e aos poderes públicos, estratégia essa que ganharia maior vulto com a FNB na década de 1930 e que permanece no seio do movimento negro organizado até os dias de hoje. Embora os militantes do Centro Palmares tenham conseguido em 1928 a suspensão do decreto que proibia negros de entrarem na Guarda Civil do estado de São Paulo, somente em 1932 foi que os militantes da Frente Negra conseguiram, após

reunião com o próprio presidente Getúlio Vargas, que negros fossem contratados para a Guarda Civil, como relata o sociólogo Ahyas Siss:

A Frente Negra Brasileira (FNB) (...) obteve algumas conquistas sociais importantes como por exemplo, a inclusão de afro-brasileiros nos quadros da Guarda Civil de São Paulo, antiga aspiração dos negros paulistas. O corpo administrativo da Guarda Civil de São Paulo era composta, na sua maioria, por imigrantes e negavam a admissão de afro-brasileiros aos quadros dessa instituição. Recebidos em delegação pelo então Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, os representantes da FNB apelaram ao Presidente no sentido de ser oferecido aos afro-brasileiros, igualdade de acesso àquela instituição. Vargas então ordenou à Guarda o imediato alistamento de 200 recrutas afro-brasileiros. Nos anos 30, cerca de 500 afro-brasileiros ingressaram nos quadros dessa instituição, com um deles chegando a ocupar o posto de coronel.” (SISS, 2003:9)

Outra continuidade em relação à organização criada em 1926 é a perceptível valorização da história do quilombo dos Palmares como exemplo de luta dos negros no Brasil, que ganha outra dimensão para o movimento negro nos anos 1970, como se verá abaixo. A importância dada à educação e a valorização de estratégias como a organização de encontros, conferências, centros de estudos etc., também podem ser observadas como elementos característicos do movimento negro brasileiro ao longo de todo o período republicano. Um exemplo interessante nesse sentido, é a própria continuidade da campanha feita pelo jornal *O Clarim d’Alvorada* em 1929, ainda em prol da realização do primeiro Congresso da Mocidade Negra do Brasil em São Paulo. Este jornal, que afirmava ter como função a “Congregação da raça para a raça”, reiniciava a tal campanha na primeira página de sua edição de 3 de março de 1929, com o seguinte texto:

*O Clarim d’Alvorada*, à frente de um pugilo de moços bem intencionados, lança, com fé de realizar, as primeiras sementes para a concretização de um antigo sonho nosso: a organização do 1º Congresso da Mocidade Negra do Brasil. Isto porque, para tratarmos de assuntos de grandes vultos e de interesses patrióticos e raciais, é nosso dever, é dever de todos negros e mestiços sensatos, apoiarem esta iniciativa.

É interessante notar que já naquele momento se via como estratégica a procura pela aglutinação de “negros e mestiços” em torno de assuntos de “interesses raciais”. Fato que continua a ser buscado pelo movimento negro até os dias de hoje. Assim como também é interessante perceber que a “educação dos negros” também já ocupava um lugar de destaque na pauta de reivindicações, como se verá no trecho abaixo. Esses componentes da “Mocidade Negra” seriam, segundo o jornal, “os pioneiros da raça

heróica e menoscabada dentro de sua própria pátria.” E na edição de 7 de abril de 1929 o jornal continuava a campanha com o seguinte discurso:

Em quarenta anos de liberdade, além do grande desamparo que foi dado aos nossos maiores, temos a relevar, com paciência, a negação de certos direitos que nos assistem, como legítimos filhos da grande pátria do cruzeiro. *Se os conspícuos patriotas desta República não cuidaram da educação dos negros, o nosso congresso tratará desse máximo problema que está latente na questão nacional...* Para os relegados filhos e netos dos épicos e primitivos plantadores do café, que foi e é a base de toda a riqueza econômica do nosso país, essa é a marcha do porvir. (...) O Congresso da Mocidade Negra tem que se realizar, muito embora os trânsfugas pensem que a raça não esteja preparada para o certame, dentro da estabilidade essencial. Porém, a raça espoliada fará o seu congresso, entre as angústias e as glórias do seu antepassado, baseando-se nas esperanças de uma nova redenção para a família negra brasileira. [grifo meu]

Esse Congresso da Mocidade Negra, proposto pelo grupo do jornal *O Clarim d'Alvorada* nunca aconteceu. Mas a própria proposição e a campanha construída em torno dela podem ser vistas como referenciais para a realização, anos mais tarde, de vários congressos de negros, como o I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), sob a liderança de Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro em 1950, como nos informa o próprio Abdias:

Mínhas primeiras experiências de luta foram na Frente Negra Brasileira. Alguns dos dirigentes da FNB desde a década de vinte se esforçavam tentando articular um movimento. Houve, assim, um projeto de reunir o Congresso da Mocidade Negra, em 1928, em São Paulo, o que não chegou a se concretizar. Somente em 1938 eu e outros cinco jovens negros realizamos o I Congresso Afro-Campineiro e, em 1950, o Teatro Experimental do Negro promoveu o I Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

A trajetória política de Abdias do Nascimento, sempre relacionada à questão racial no Brasil, pode ser vista, ela própria, como um elemento de continuidade no movimento negro que se constituiu nos diferentes períodos do Brasil republicano. Nascido em Franca, no estado de São Paulo, em 1914, Abdias participou como um jovem militante da Frente Negra Brasileira. Em 1944 ele foi a principal liderança na criação do Teatro Experimental do Negro e, em 1978, também participou da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo. Amauri Mendes Pereira (2008) e Petrônio Domingues (2007) identificam três diferentes fases do movimento negro brasileiro, com características distintas, ao longo do século XX, e Abdias do

---

<sup>2</sup> Trecho do depoimento de Abdias do Nascimento, publicado no livro *Memórias do Exílio* (Lisboa: Arcádia, 1976), disponível em [http://www.abdias.com.br/movimento\\_negro/movimento\\_negro.htm](http://www.abdias.com.br/movimento_negro/movimento_negro.htm) Acesso em 20/01/2010.

Nascimento participou de maneira ativa em todas elas: a primeira, do início do século até o Golpe do Estado Novo, em 1937; a segunda, do período que vai do processo de redemocratização, em meados dos anos 1940, até o Golpe militar de 1964; e a terceira, o movimento negro contemporâneo, que surge na década de 1970 e ganha impulso após o início do processo de Abertura política em 1974. A primeira fase teria tido como ápice a criação e a consolidação da FNB como uma força política em âmbito nacional, exemplificada na sua transformação em partido político em 1936. Essa primeira fase foi encerrada logo após a implantação do Estado Novo em 1937, pelo presidente Getúlio Vargas, e o consequente fechamento da FNB, juntamente com todas as outras organizações políticas no país. O movimento social negro brasileiro, nessa primeira fase, teria como principais características a busca pela inclusão do negro na sociedade, com um caráter “assimilacionista”, sem a busca pela transformação da ordem social; outra característica era a existência de um nacionalismo declarado pela Frente Negra Brasileira e por outras organizações da época. Essas duas características podem ser vislumbradas no próprio órgão de divulgação da FNB, o jornal *A Voz da Raça* nº 1, de 18 de março de 1933, que trazia o seguinte texto em sua primeira página:

A Nação acima de tudo. E a Nação somos nós com todos os outros nossos patrícios que conosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil. (...) O Frentenegrino, como o negro em geral, deve estar atento nas suas reivindicações de direitos que definimos em nosso manifesto do ano passado; mas, para que seja digno de alcançar esses legítimos direitos no campo social, econômico e político, – é mister cumpra os Mandamentos da Lei que definem, antes de tudo, os deveres do homem, base da legitimidade dos direitos do homem.

É evidente que esse nacionalismo exacerbado não era completamente hegemônico no movimento negro da época, tendo em vista, por exemplo, o grupo do jornal *O Clarim d'Alvorada*, que circulou entre 1924 e 1932 e que tinha como principal liderança José Correia Leite. O movimento negro brasileiro na década de 1930 também era plural e complexo. A Frente Negra, sem dúvida alguma, tornou-se a maior expressão desse movimento em sua época, até mesmo em função da dimensão nacional e do grande número de participantes que conquistou entre 1931 e 1937, que, segundo depoimentos da época, variavam entre 40 e até 200 mil sócios... Mas além da existência de outras organizações menores e distintas, houve ainda algumas dissidências da própria FNB. Correia Leite também foi fundador da FNB em 1931. Porém, logo durante a aprovação dos estatutos da organização, ele rompeu com a Frente Negra em função de

sua discordância em relação à “inclinação fascista” que a organização estava tomando, como ele mesmo contou em seu livro:

Nós do grupo d’*O Clarim d’Alvorada*, no dia em que foram aprovados os estatutos finais, fomos combater porque não concordávamos com as idéias do Arlindo Veiga dos Santos. Era um estatuto copiado do fascismo italiano. Pior é que tinha um conselho de 40 membros e o presidente desse conselho era absoluto. A direção executiva só podia fazer as coisas com ordem desse conselho. O presidente do conselho era o Arlindo Veiga dos Santos, o absoluto. (LEITE, 1992:94)

Como disse acima, a FNB era uma organização com forte caráter nacionalista, cuja estrutura lembrava a de agremiações de inclinação fascista, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em outubro de 1932. Seu estatuto, datado de 12 de outubro de 1931, previa um “Grande Conselho” e um “Presidente” que era “a máxima autoridade e o supremo representante da Frente Negra Brasileira”, como alertava Correia Leite. Seu jornal, *A Voz da Raça*, que circulou entre 1933 e 1937, mantinha em destaque, no cabeçalho, a frase “Deus, Pátria, Raça e Família”, diferenciando-se do principal lema integralista apenas no termo “Raça”. Correia Leite fundou, com outros militantes, outra organização, o Clube Negro de Cultura Social, em 1º de julho de 1932 em São Paulo. Ainda em 1932 foi criada, também em São Paulo, a Frente Negra Socialista, outra dissidência da FNB.

Já o contemporâneo de José Correia Leite e também fundador da FNB, Francisco Lucrécio, lembrou em entrevista concedida a Márcio Barbosa na década de 1980 de contatos da FNB com Angola e com o movimento de Marcus Garvey. Mas seu depoimento mostra que a aproximação com a África, por exemplo, não passava pelos planos de grande parte do movimento nos anos 1930. Acredito que seja possível que esse nacionalismo exacerbado tenha afastado afinidades com a África. Como dizia Francisco Lucrécio anos depois,

na Frente Negra não tinha essa discussão de volta à África. Tínhamos correspondência com Angola, conhecíamos o movimento de Marcus Garvey, mas não concordávamos. Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros.<sup>3</sup> (BARBOSA, 1998:46)

A “afirmação como brasileiro”, feita por Francisco Lucrécio, reforça aqui outro aspecto importante no processo de constituição do movimento negro no Brasil da

---

<sup>3</sup> Francisco Lucrécio, nascido em Campinas em 1909, foi diretor da FNB de 1934 a 1937.

primeira metade do século XX: a luta por igualdade na sociedade brasileira. Afinal de contas, seriam todos “brasileiros”. A segunda fase do movimento negro brasileiro no século XX, para Pereira e Domingues, teve início no período final do Estado Novo (1937-1945). Petrônio Domingues (2007) cita o Teatro Experimental do Negro e a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em Porto Alegre em 1943 e com ramificações em 11 estados da federação, como sendo as principais organizações dessa segunda fase do movimento. Antônio Sérgio Guimarães, referindo-se ao período de redemocratização, em 1945, e às organizações negras criadas naquele contexto histórico, afirma que o “Teatro Experimental do Negro é sem dúvida a principal dessas organizações” (GUIMARÃES, 2002:141), e diz o seguinte em relação ao TEN:

De fato, os propósitos de integração do negro na sociedade nacional e no resgate da sua auto-estima foram marcas registradas do Teatro Experimental do Negro. Através do teatro, do psicodrama e de concursos de beleza, o TEN procurou não apenas denunciar o preconceito e o estigma de que os negros eram vítimas, mas, acima de tudo, oferecer uma via racional e politicamente construída de integração e mobilidade social dos pretos, pardos e mulatos. (Idem:93)

Sérgio Costa afirma que o TEN buscava inspiração no movimento *Négritude*, que teve enorme importância nos debates intelectuais contra o racismo e o colonialismo na primeira metade do século XX, principalmente no mundo francófono, e diz ainda que:

No Brasil, o movimento articulado pelo TEN e organizado em torno de simpósios e oficinas de teatro nunca teve as características de uma organização que contasse com uma base ampla. Não obstante, revestiu-se de enorme importância no âmbito da mobilização de intelectuais, sobretudo, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. (COSTA, 2006: 143)

Nesse sentido, destacam-se a realização pelo TEN da I e da II Convenção Nacional do Negro (1945 e 1946) e do I Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Michael Hanchard afirma que o TEN foi fundado com o objetivo primário de ser uma companhia de produção teatral, mas que assumiu outras funções culturais e políticas logo depois que foi criado, e que “além de montar peças como *O Imperador Jones*, de Eugene O’Neill (1945), e *Calígula*, de Albert Camus (1949), o TEN foi a força propulsora do jornal *Quilombo* (1948-1950) e de campanhas de alfabetização em pequena escala, além de cursos e ‘iniciação cultural’ entre 1944 e 46.” (HANCHARD, 2001:129) É interessante observar a própria explicação dada por Abdias do Nascimento sobre o episódio que o teria motivado a criar o Teatro Experimental do Negro:

Várias interrogações suscitaram ao meu espírito a tragédia daquele negro infeliz que o gênio de Eugene O'Neill transformou em *O Imperador Jones*. Isso acontecia no Teatro Municipal de Lima, capital do Peru, onde me encontrava com os poetas Efraín Tomás Bó, Godofredo Tito Iommi e Raul Young, argentinos, e o brasileiro Napoleão Lopes Filho. Ao próprio impacto da peça juntava-se outro fato chocante: o papel do herói representado por um ator branco tingido de preto. Àquela época, 1941, eu nada sabia de teatro, economista que era, e não possuía qualificação técnica para julgar a qualidade interpretativa de Hugo D'Evieri. Porém, algo denunciava a carência daquela força passional específica requerida pelo texto, e que unicamente o artista negro poderia infundir à vivência cênica desse protagonista, pois o drama de Brutus Jones é o dilema, a dor, as chagas existenciais da pessoa de origem africana na sociedade racista das Américas. Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça? Entretanto, lembrava que, em meu país, onde mais de vinte milhões de negros somavam a quase metade de sua população de sessenta milhões de habitantes, na época, jamais assistira a um espetáculo cujo papel principal tivesse sido representado por um artista da minha cor. Não seria, então, o Brasil, uma verdadeira democracia racial? Minhas indagações avançaram mais longe: na minha pátria, tão orgulhosa de haver resolvido exemplarmente a convivência entre pretos e brancos, deveria ser normal a presença do negro em cena, não só em papéis secundários e grotescos, conforme acontecia, mas encarnando qualquer personagem – Hamlet ou Antígona – desde que possuísse o talento requerido. (NASCIMENTO, 2004:209)

Já a União dos Homens de Cor (UHC), tinha outra perspectiva de ação, um tanto distante da do TEN, que embora também oferecesse curso de alfabetização para os atores negros, pautava sua atuação no campo do protesto político e cultural. A UHC tinha uma perspectiva de atuação social mais próxima a da FNB, no sentido da busca de integração do negro na sociedade brasileira através de sua “educação” e sua inserção no mercado de trabalho. Embora a FNB tenha conseguido uma dimensão muito mais significativa em termos de número de membros associados, a UHC também se expandiu por várias regiões do Brasil. Petrônio Domingues diz o seguinte em relação à União dos Homens de Cor:

Também intitulada Uagacê ou simplesmente UHC, foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943. Já no primeiro artigo do estatuto, a entidade declarava que sua finalidade central era “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. A UHC era constituída de uma complexa estrutura organizativa. A diretoria nacional era formada pelos fundadores e dividia-se nos cargos de presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe dos departamentos (de saúde e educação), consultor jurídico e conselheiros (ou diretores). (DOMINGUES, 2007:108)

Da mesma forma que na fase anterior, como podemos perceber nos trechos citados acima, a inclusão da população negra na sociedade brasileira, tal como ela se apresentava, continuava sendo uma característica importante do movimento. Mas, por

outro lado, a valorização de experiências vindas do exterior, principalmente da África e dos Estados Unidos, aparece com frequência em fontes das décadas de 1940 e 1950. O próprio episódio narrado por Abdias do Nascimento acima, que o motivou a criar o TEN no Brasil, se deu em solo estrangeiro e assistindo a uma peça de um autor norte-americano que tratava da situação dos negros nos Estados Unidos. Como Verena Alberti e eu demonstramos em artigo publicado em 2007 sobre o tema, já em dezembro de 1948, o primeiro número do jornal *Quilombo*, fundado por Abdias do Nascimento, dedicou quatro parágrafos ao periódico francês *Présence Africaine*, que tinha em sua direção o intelectual senegalês Alioune Diop.<sup>4</sup> Seguindo a mesma linha, *Quilombo* publicou em janeiro de 1950 um resumo de “Orfeu negro”, como ficou conhecida a introdução de Jean Paul Sartre à antologia de poetas negros de língua francesa organizada pelo senegalês Léopold Senghor em 1948. Nessa mesma época, poemas de Léopold Senghor, do martinicano Aimé Césaire e do guianense Léon Damas eram declamados na Associação Cultural do Negro (ACN), outra organização criada em 1954 por José Correia Leite em São Paulo.<sup>5</sup> (ALBERTI & PEREIRA, 2007-c:28)

José Correia Leite lembrou ainda, em entrevista concedida na década de 1980 ao poeta e militante Luiz Silva, conhecido como Cuti, de um protesto organizado pela ACN em 1958, contra a discriminação racial na África do Sul e nos Estados Unidos. Nesse evento foi sugerida a criação de um comitê de solidariedade aos povos africanos. Esse protesto acabou resultando na criação de contatos entre a ACN e a principal organização na luta pela libertação do colonialismo português em Angola, como contou em sua entrevista Correia Leite: “Creio que essa proposta deve ter chegado à África portuguesa, pois nós passamos a receber publicações do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), não endereçadas à Associação, mas ao Comitê de Solidariedade aos Povos Africanos.”<sup>6</sup> (LEITE, 1992:175) Correia Leite sintetizou dessa forma o significado da descoberta da África para os negros brasileiros no início dos anos 60:

---

<sup>4</sup> O jornal *Quilombo* era publicado no Rio de Janeiro e circulou entre 1948 e 1950. Ver a edição fac-similar do jornal: QUILOMBO, 2003: 21.

<sup>5</sup> A Associação Cultural do Negro foi criada em 1954, em resposta ao fato de nenhum negro ter sido indicado como importante para a formação da cidade de São Paulo durante as comemorações do quarto centenário da cidade, mas só começou a funcionar em 1956. Ver: LEITE, 1992:167.

<sup>6</sup> O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi fundado em 1956, quando foi publicado seu primeiro manifesto.

1960 foi considerado o ano africano. Foi quando ocorreu o maior número de independências dos países da África negra. Toda a atenção estava voltada para esses acontecimentos. Inclusive na África portuguesa estava começando o movimento de libertação de Angola e Guiné Bissau.<sup>7</sup> (...) Aquela movimentação deixou os negros daqui entusiasmados. A África era bem desconhecida. Parecia que estava sendo descoberta naquele momento. (Idem: 177)

É difícil estabelecer uma cronologia fechada que enquadre a constituição do movimento negro brasileiro ao longo do século XX em fases muito definidas, na medida em que entre as diferentes fases deste movimento durante todo esse período, destacadas acima, é possível constatar a presença de muitos elementos comuns, muitas continuidades em relação às formas de atuação e estratégias adotadas por ativistas e organizações, como já foi visto acima. Ao mesmo tempo, é possível perceber a existência de certos intercâmbios ocorridos através de militantes mais velhos e jovens, que informaram e contribuíram para a construção de organizações negras em diversos momentos e regiões do Brasil. Este fato torna ainda mais complexa a constituição do movimento negro brasileiro ao longo das diferentes épocas e em diferentes contextos históricos.

A tradição de luta contra o racismo, que contou com diferentes tipos de organizações políticas e culturais em vários setores da população negra brasileira desde o final do século XIX, foi importante para o surgimento, em meio a um período de ditadura militar, do movimento negro contemporâneo no Brasil no início da década de 1970. No entanto, podemos encontrar várias características específicas nesse movimento contemporâneo, como por exemplo o fato de que, diferentemente de momentos anteriores, a oposição ao chamado “mito da democracia racial” e a construção de identidades político-culturais negras foram o fundamento a partir do qual se articularam as primeiras organizações. Sobre a relação entre a constituição do

---

<sup>7</sup> Em Angola, a luta pela independência começou no início dos anos 1960, com a participação de três organizações divergentes: o MPLA, de orientação marxista e pró-soviético; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), anti-comunista, apoiada pelos Estados Unidos e pela República Democrática do Congo; e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), inicialmente de orientação maoísta, e, depois, anti-comunista, apoiada pelo regime sul-africano do *apartheid*. Em 11 de novembro de 1975, o MPLA proclamou a independência e seu líder Agostinho Neto tornou-se presidente da República Popular de Angola, que adotou o regime socialista. Em Guiné-Bissau, a luta pela libertação começou em 1956, com a fundação do Partido para a Independência da Guiné Portuguesa e Cabo Verde (PAIGC), por Amílcar Cabral (1924-1973). O braço armado do partido desencadeou a guerra pela libertação em 1961 contra as tropas coloniais portuguesas, proclamando a independência do país em 26 de setembro de 1973. Em 10 de setembro de 1974, o governo português entregou oficialmente o poder ao PAIGC.

movimento negro e a denúncia do mito da democracia racial, Joel Rufino dos Santos diz o seguinte:

O movimento negro, no sentido estrito, foi, na sua infância (1931-45) uma resposta canhestra à construção desse mito. Canhestra porque sua percepção das relações raciais, da sociedade global e das estratégias a serem adotadas, permanecem no ventre do mito, como se fosse impossível olhá-lo de fora – e, de fato, historicamente, provavelmente o era. Para as lideranças do movimento negro, catalisadas pela imprensa negra que desembocou na FNB, o preconceito anti-negro era, com efeito, residual tendendo para zero à medida em que o negro vencesse o seu “complexo de inferioridade”; e através do estudo e da auto-disciplina, neutralizasse o atraso causado pela escravidão. Na sua visão – comprovando a eficácia do mito – o preconceito era “estranho à índole brasileira”; e, enfim, a miscigenação (que marcou o quadro brasileiro) nos livraria da segregação e do conflito (que assinalavam o quadro norte-americano), sendo pequeno aqui, portanto, o caminho a percorrer. (...) Foi só nos anos 1970 que o movimento negro brasileiro decolou para atingir a densidade e amplitude atuais. (SANTOS, 1985:289)

A denúncia do “mito da democracia racial” como um elemento fundamental para a constituição do movimento a partir da década de 1970 pode ser observada, por exemplo, em todos os documentos do Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978 em São Paulo e que contou com a participação de lideranças e militantes de organizações de vários estados. Desde a “Carta Aberta à População”, divulgada no ato público de lançamento no MNU, realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em 7 de julho de 1978, podemos encontrar em todos os documentos a frase “por uma verdadeira democracia racial” ou “por uma autêntica democracia racial”.

É importante ressaltar que o surgimento do MNU em 1978 é considerado, tanto pelos próprios militantes quanto por muitos pesquisadores, como o principal marco na formação do movimento negro contemporâneo no Brasil na década de 1970. Reconhecendo a criação do MNU como um marco fundamental na transformação do movimento negro brasileiro – em meio a um contexto histórico-social de lutas contra a ditadura militar, então vigente no país –, e comparando-o com organizações anteriores como a FNB e o TEN, Sérgio Costa afirma que o MNU se “constitui como um movimento popular e democrático”, e acrescenta:

Além do caráter popular, ausente no projeto do Teatro Experimental do Negro, o MNU se distingue do TEN por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, enquanto o TEN defendia a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional “híbrida”, o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que aos olhos do movimento, a igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teria servido para sustentar, ideologicamente, a opressão racial. Assim, os conceitos “consciência” e

“conscientização” passam a ocupar, desde a fundação do MNU, lugar decisivo na formulação das estratégias do movimento. (COSTA, 2006:144)

A “Carta de princípios” do MNU, criada nos meses seguintes ao ato público, ainda em 1978, é um bom exemplo do esforço de definição do que seria um “movimento negro” e do que era ser negro, e também nos possibilita observar algumas diferenças fundamentais em relação às tentativas anteriores de organização da população negra no Brasil:

Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça –, reunidos em Assembléia Nacional, convencidos da existência de discriminação racial, marginalização racial, (...) mito da democracia racial, resolvemos juntar nossas forças e lutar pela defesa do povo negro em todos os aspectos (...); por maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação, à habitação; pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil; valorização da cultura negra (...); extinção de todas as formas de perseguição (...), e considerando enfim que nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós, queremos uma *nova* sociedade onde *todos* realmente participem, (...) nos solidarizamos com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira (...) e com a luta internacional contra o racismo. Por uma autêntica democracia racial! Pela libertação do povo negro! (MNU, 1988:19) [grifos transcritos como no documento original]

Uma característica importante do movimento negro contemporâneo, articulada diretamente à questão da importância da educação para a população negra, vista aqui como uma continuidade ao longo do processo de constituição do movimento ao longo do século XX, é a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, contida na “Carta de princípios” do MNU. Essa foi a própria razão do surgimento de uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo brasileiro, o Grupo Palmares. Este Grupo foi fundado por Oliveira Silveira, junto com outros militantes, em 1971, em Porto Alegre, e teve como primeiro e principal objetivo propor o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares (em 1695), como a data a ser comemorada pela população negra, em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravatura); fato que engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negras, e provoca objetivamente uma revisão sobre o papel das populações negras na formação da sociedade brasileira, na medida em que desloca propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos. O 13 de maio passou então a ser

considerado pelo movimento negro como um dia nacional de denúncia da existência de racismo e discriminação em nossa sociedade.

O Grupo Palmares elegeu o Quilombo dos Palmares como passagem mais importante da história do negro no Brasil e realizou ainda em 1971 o primeiro ato evocativo de celebração do 20 de Novembro. Seguindo a proposição do Grupo Palmares, durante a segunda Assembléia Nacional do MNU, realizada no dia 4 de novembro de 1978, em Salvador, foi estabelecido o 20 de Novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” – que hoje é feriado em mais de 200 municípios do país –, como podemos observar no documento divulgado ao final da Assembléia:<sup>8</sup>

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de Novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA! Dia da morte do grande líder negro nacional, ZUMBI, responsável pela PRIMEIRA E ÚNICA tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos – negros, índios, brancos – realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.<sup>9</sup> [ênfases transcritas como no documento original]

A contínua luta dos militantes negros ao longo do século passado, tanto no que diz respeito à importância da educação quanto à luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, possibilitou a construção de resultados visíveis para o conjunto da população brasileira nos anos recentes, como por exemplo a criação e aprovação da Lei 10.639 em 9 de janeiro de 2003. A referida lei incluiu no currículo oficial das redes de ensino da Educação Básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileiras”, e desde então tem trazido oportunidades para a transformação de nossa sociedade em uma sociedade mais democrática de fato. Ao mesmo tempo, sua implementação, visando essa transformação, agora é outra luta...

---

<sup>8</sup> Um fato interessante em relação a essa Assembléia, que nos leva a contextualizar a história do movimento negro, é que a sua realização foi proibida pela polícia, amparada pela Lei de Segurança Nacional, que no Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969, determinava em seu artigo 33º a pena de detenção de 1 a 3 anos por “incitar ao ódio ou à discriminação racial”. A Assembléia acabou sendo realizada nas instalações do Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), graças à intervenção de seu diretor, Roland Shaffner. Como o ICBA era considerado território alemão, a polícia brasileira não pôde impedir a realização da Assembléia, como se verá no capítulo 4.

<sup>9</sup> O documento foi transcrito e pode ser encontrado em: GONZALEZ, 1982:51.

### Referências bibliográficas:

- ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amilcar Araujo. (orgs.) *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007-a.
- \_\_\_\_\_. “O movimento negro contemporâneo”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964...)* (Coleção *As esquerdas no Brasil*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007-b.
- \_\_\_\_\_. “Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil.” *Estudos Históricos*. v.39, p.25-56, 2007-c.
- ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo*. Bauru: EDUSC, 1998.
- BARBOSA, Márcio (Org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- COSTA, Sérgio. “A construção sociológica da Raça no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 1, 2002. pp. 35-61.
- \_\_\_\_\_. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DOMINGUES, Petrônio José. *A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese de doutorado em história, FFLCH-USP, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.” *Tempo* (UFF), vol. 23, 2007.
- GONZALEZ, Lélia. “O Movimento Negro na última década”. In GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2002.
- HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- LEITE, José Correia e CUTI (Luiz Silva). *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos. Organização e textos: CUTI (Luiz Silva)*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
- PEREIRA, Amilcar A. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- SANTOS, Joel Rufino dos. “A Luta Organizada Contra o Racismo”. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.
- \_\_\_\_\_. “O Movimento Negro e a crise brasileira”. In: *Política e Administração*, Vol. 2. Julho – setembro de 1985.
- SISS, Ahyas. “Educação, Cidadania e Multiculturalismo”. Texto apresentado no GT 21, durante a XXVI Reunião Anual da ANPEd, 2003, Poços de Caldas. 26ª Reunião Anual da ANPEd. Rio de Janeiro : DP&A, 2003.